



# Anais da Assembléia

Nº 107

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT .....	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL .....	Deputado ELIO RUSCH
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI
PT .....	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB .....	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edger Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kleise - José Durval Amarel - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 08: Albenor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spedez; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsetto; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademar Tralano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Narone - Florisvaldo Fiar - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 32ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1997  
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezesseis horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Angelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kieise, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há expediente a ser lido.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**  
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/97, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk e outros, que dispõe sobre Anistia Tributária e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

**Aprovado.**

O SR. EMERSON NERONE - Senhor Presidente, voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com voto contrário da Bancada do PT.

**ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/95, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública, o Centro de Promoção Humana do Município de Santa Fé, com sede e foro no Município de Santa Fé. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 93/95, de 10.08.95)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 296/95**

**PARECER:**

O presente projeto e lei de autoria do Deputado César Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o Centro de Promoção Humana do Município de Santa Fé, com sede e foro no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

- Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 576/96, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães de Capoeira Velha, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste - PR. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 196/96, de 10.12.96)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 576/96**

**PARECER:**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Irineu Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube de Mães de Capoeira Velha, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/97, que dispõe sobre a Diretriz Orçamentária do Estado para o exercício financeiro de 1998. SUBSTITUTIVO DA C.O. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.O. (Publ. no D.A. nº 63/97, de 06.05.97, Mens.)

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 189/97**

**PARECER:**

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 010/97, aprova a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1998.

Ao projeto de lei, foram apresentadas, pelos Senhores Parlamentares, 31 (trinta e uma) emendas, tendo sido parcialmente acatadas.

Quanto às emendas que não foram acolhidas, sua rejeição deve-se à circunstância de versarem matéria não pertinente à L.D.O. Sendo certo, no entanto, que o seu teor alberga matéria relevante e de inafastável interesse público, opinamos no sentido de que sejam reiteradas por via de lei ordinária.

Ante o exposto somos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma do substitutivo apresentado. É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.97.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

**SUBSTITUTIVO GERAL  
PROJETO DE LEI Nº 189/97**

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 1998.

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1998 compreendendo:

- I - as prioridades de Administração Estadual;
- II - as estruturas dos orçamentos;
- III - as Diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;
- IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referentes ao exercício;
- V - outras disposições.

### CAPÍTULO I

#### Das Prioridades da Administração Estadual

Art. 2º - Constituem prioridades do Governo Estadual:

I - a mudança do perfil econômico do Estado através da industrialização, para torná-lo menos dependente do setor primário;

II - o investimento para melhoria da qualidade de vida, da qualificação de recursos humanos e da infra-estrutura do Estado, assegurando políticas públicas convergentes nas áreas do meio ambiente, saneamento, energia, agricultura, industrialização, turismo, desenvolvimento de cidades, ciência e tecnologia;

III - o atendimento às necessidades básicas da população nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, habitação, segurança, justiça, cidadania, abastecimento, cultural, atenção à criança e à família, geração de emprego e de renda;

IV - a efetividade na gestão pública, com a otimização do uso dos recursos públicos no contexto de equilíbrio financeiro do Estado.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior estão detalhadas por Programa de Governo, no Anexo desta Lei e terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1998.

### CAPÍTULO II

#### Das Estruturas dos Orçamentos

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto dos Anexos I, II, III, IV e V, que conterão:

I - Legislação e resumos da receita referente ao orçamento fiscal, ao orçamento próprio da administração indireta e ao orçamento de investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - Resumos gerais da despesa, segundo as fontes de recursos;

III - Orçamento Fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

IV - Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

V - Programa de Obras a que se refere a Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

Art. 5º - Os Orçamentos Fiscal e Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, terão a sua despesa discriminada por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional programática, observando a classificação da despesa quanto à sua natureza, reestruturada aos moldes da Portaria SOF/SEPLAN nº 35, de 01 de agosto de 1989 e suas alterações, obedecendo os seguintes agrupamentos:

DESPESAS CORRENTES - Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida Pública; Outras Despesas Correntes.

DESPESAS DE CAPITAL - Investimentos; Inversões Financeiras; Amortização da Dívida Pública; Outras Despesas de Capital.

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas

Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado por Empresa e terá o seu programa de trabalho definido por projeto/atividade.

Art. 7º - O Programa de Obras, contendo o Detalhamento Físico e Financeiro das Obras, será apresentado por unidade orçamentária, projeto/atividade, região ou município e, de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

Art. 8º - O projeto de lei que o Poder Executivo deverá encaminhar à Assembléia Legislativa, deverá demonstrar o gasto com o pessoal e encargos sociais, por Poder e Total, executado nos últimos três anos, a execução provável em 1997 e o programado para 1998 com a indicação da representatividade percentual do total em relação à receita líquida, nos termos do artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até 1994, e da Lei Complementar nº 82, de 23 de março de 1995, em 1996 e 1997.

### CAPÍTULO III

#### Das Diretrizes para Elaboração dos Orçamentos do Estado

#### SEÇÃO I

##### Das Diretrizes Gerais

Art. 9º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 1997.

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 1º de julho de 1997.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual serão atualizados, antes do início da execução orçamentária mediante aplicação de índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1997, de acordo com critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Art. 10 - As receitas destinadas aos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 11 - Os Orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, não poderão ter fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 12 - Na programação da despesa, não poderão ser incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um Órgão.

Art. 13 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual.

§ 1º - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua conclusão.

§ 2º - No anexo de obras, as mesmas serão identificadas como novas, em andamento, paralisadas e reativadas, conforme a situação em que se encontrem.

Art. 14 - O valor das operações de crédito para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixada no orçamento.

Art. 15 - Na programação dos orçamentos não poderão ser incluídas despesas a título de investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do art. 135, § 2º da Constituição Estadual.

Art. 16 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1998 conterá, preliminarmente, exposição circunstanciada da situação econômica e financeira do Estado, documentada com:

- I - Demonstração da Dívida Fundada e Flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;
- II - Exposição da receita e despesa, particularmente no tocante ao Orçamento da Capital;
- III - Demonstrativo das concessões de isenções fiscais;
- IV - Demonstrativo da dívida estadual, pagamentos e cancelamentos ocorridos durante o ano de 1996 e saldo atual;
- V - Demonstrativo dos recursos do Tesouro Estadual a serem transferidos às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para custeio de despesas de pessoal e encargos sociais e de manutenção das mesmas.

Art. 17 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1998, destinará recursos do Tesouro Geral do Estado aos Órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos necessários:

- I - Ao orçamento do Poder Legislativo, correspondendo a até 5% (cinco por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, cabendo à Assembléia Legislativa o percentual de 3,16% e ao Tribunal de Contas o percentual de 1,84%;
- II - Ao orçamento do Poder Judiciário, correspondente a até 7% (sete por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas. Em observância ao princípio da gestão financeira autônoma, do percentual acima definido caberá ao Tribunal de Justiça a parcela de 6,37% e ao Tribunal de Alçada a parcela de 0,63%;
- III - Ao Orçamento do Ministério Público correspondendo até 3,0% (três por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;
- IV - Ao pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;
- V - Ao pagamento do serviço da Dívida Pública;
- VI - Ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e de acordo com a Lei que vier regulamentá-lo;
- VII - A manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;
- VIII - Aos empréstimos e às contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - A programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, inclusive os previstos na Constituição do Estado no artigo 142 e artigo 58 das Disposições Transitórias;
- X - Ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde a que se referem as Leis Estaduais nºs 10.219 de 21 de dezembro de 1992 e 10.533 de 30 de novembro de 1993.
- XI - Ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 1997.

Art. 18 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por uma Secretaria implicará na redução do limite de outra, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo	até 5%
Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador	até 1%
Secretaria de Estado do Governo	até 1%
Procuradoria Geral do Estado	até 1%
Ouvidoria Geral do Estado	até 1%
Sec. Est. Planejamento e Coordenação Geral	até 4%
Administração Geral do Estado	até 10%

<b>Recursos sob a Supervisão da SEPL</b>	
Secretaria de Est. da Administração	até 12%
Secretaria de Est. da Fazenda	até 9%
Administração Geral do Estado	até 11%
<b>Recursos sob a Supervisão da SEFA</b>	
Sec. Est. de Obras Públicas	até 1%
Secretaria de Est. Comunicação Social	até 1%
Secretaria de Est. Segurança Pública	até 16%
Sec. Est. Ciência e Tec. e Ens. Superior	até 3%
Secretaria de Estado da Saúde	até 20%
Sec. Estado da Justiça e Cidadania	até 6%
Secretaria de Est. da Cultura	até 5%
Sec. Est. da Criança e Assuntos da Família	até 6%
Sec. Est. do Emprego e Rel. do Trabalho	até 3%
Sec. Est. do Esporte e Turismo	até 6%
Sec. Est. Ind. Comércio Des. Econômico	até 6%
Sec. Est. da Agricultura e Abastecimento	até 15%
Sec. Est. do Desenvolvimento Urbano	até 4%
Sec. Est. do Meio Ambiente	até 12%
Sec. Est. dos Transportes	até 25%
Secretário Est. Política Habitacional	até 10%

§ 1º Os recursos de que trata o caput deste artigo serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos públicos e privados, nacionais e internacionais.

§ 2º Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados por ato do Poder Executivo mediante autorização do Poder Legislativo, aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 19 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contrato com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante de contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - a Lei Orçamentária incluirá na previsão de receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências, inclusive oriundos de convênios.

## SEÇÃO II

### Das Diretrizes Específicas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta

Art. 20 - O Orçamento Fiscal e os Próprios da Administração Indireta, para 1998, estimarão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado relativo às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, com um valor de até R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais), a preços de 1º de julho de 1997, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 21 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 22 - As Propostas Orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas, respectivamente, pela Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral da Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 23 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais serão fixados em até 60% (sessenta por cento) do valor das receitas correntes, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

Art. 24 - Os recursos do Tesouro Estadual somente

poderão ser programados para atender despesas de Capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e de convênios e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 25 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicional à efetiva realização de contratos.

Art. 26 - O Orçamento Fiscal conterá projeto/atividades de transferências de recursos do Tesouro Geral do Estado para as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

Art. 27 - O Orçamento Fiscal conterá a previsão de recursos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 137, parágrafo único da Constituição Estadual, mediante prévia autorização legislativa.

### SEÇÃO III

#### Das diretrizes do Orçamento de Investimento

Art. 28 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferência do Tesouro Geral do Estado, aplicados na espécie investimento.

Art. 29 - Os montantes das despesas dos Orçamentos de Investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

### CAPÍTULO IV

#### Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 30 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1997, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência;
- IV - o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

### CAPÍTULO V

#### Das Outras Disposições

### ANEXO

#### PRINCIPAIS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

##### NO PROGRAMA: IDÉIAS-FORÇA EM CADA REGIÃO

- ⇒ Dar continuidade ao projeto de implantação da infra-estrutura ao longo do Anel de Integração que une Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava;
- ⇒ Conservar e melhorar a infra-estrutura de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos;
- ⇒ Dar continuidade ao projeto Costa Oeste nas regiões litorâneas ao Lago de Itaipu;

⇒ Melhorar a infra-estrutura do litoral paranaense.

##### NO PROGRAMA: PARANÁ 12 MESES

- ⇒ Dar continuidade ao programa de melhoria da qualidade de vida da população rural com o combate à pobreza no meio rural, pela capacitação e profissionalização, organização e fortalecimento institucional e mecanismos de apoio ao trabalhador rural;
- ⇒ Dar continuidade a implantação de vilas rurais;
- ⇒ Estimular a pesquisa e extensão rural para fortalecimento da agricultura no Paraná.

##### NO PROGRAMA: PARANÁ + SANEAMENTO

- ⇒ Dar continuidade às ações dos Programas de Saneamento Ambiental;
- ⇒ Atender gradativamente a demanda de sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

##### NO PROGRAMA: PARANÁ AMBIENTAL

- ⇒ Dotar o complexo Vila Velha/Guartelá da infra-estrutura necessária;
- ⇒ Dar continuidade ao projeto de educação ambiental;
- ⇒ Dar continuidade aos projetos de preservação das reservas florestais e de reflorestamento;
- ⇒ Promover o desenvolvimento integral e auto-sustentável da região de influência da Floresta Atlântica.

##### NO PROGRAMA: PARANÁ + TRANSPORTE

- ⇒ Dar continuidade ao projeto de conservação e manutenção de rodovias;
- ⇒ Dar continuidade a execução do projeto Caminhos da Educação e da Produção;
- ⇒ Dar continuidade às ações de pavimentação de rodovias;
- ⇒ Garantir a manutenção e o melhoramento da rede viária alimentadora básica.

##### NO PROGRAMA: PARANÁ + TECNOLOGIA

- ⇒ Dar continuidade a implantação de incubadoras tecnológicas voltadas ao fortalecimento da agroindustrialização do Estado;
- ⇒ Incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico, considerando a pesquisa básica e a pesquisa aplicada como elementos estrategicamente integrados ao desenvolvimento econômico e social.

**PROGRAMA: PARANÁ URBANO**

- ⇒ Promover ações no desenvolvimento urbano, de forma orientada, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + EMPREGO**

- ⇒ Expandir as ações de desenvolvimento das cidades, com vistas ao fortalecimento do poder local, tais como a implantação de Barracões industriais e Centros Regionais de Negócios;
- ⇒ Incentivar a implantação, expansão e reativação de estabelecimentos industriais, bem como a modernização tecnológica, buscando garantir o incremento do emprego no Paraná;
- ⇒ Criar núcleos regionais de fomento, junto às Agências do BANESTADO, visando a identificação de oportunidades de investimentos e a atração de novos negócios.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + SAÚDE**

- ⇒ Dar continuidade a descentralização do sistema de Saúde de modo a criar um atendimento personalizado do paciente em todo o Estado;
- ⇒ Incrementar as ações de suporte nas áreas terapêuticas e de apoio diagnóstico;
- ⇒ Ampliar a assistência ambulatorial básica e especializada, assistência médica e assistência farmacêutica;
- ⇒ Desenvolver projetos de ação comunitária de prevenção de doenças transmissíveis;
- ⇒ Expandir os serviços de atendimento pelo SIATE e pela Central Estadual de Transplantes;
- ⇒ Dar continuidade aos serviços das Centrais de Marcação de Consultas, de leitos, de ambulâncias e de redes de apoio laboratorial.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + ESPORTE**

- ⇒ Dar continuidade aos projetos de atividades esportivas e de lazer, fundamentais a qualidade de vida do cidadão, respeitando características regionais e municipais, tais como Vila Olímpica, Parceria Esportiva, Memória Esportiva, Paraná Olímpico, Integração das Pessoas Deficientes, Esporte Universitário e outros.

**NO PROGRAMA: CRIANÇA + FAMÍLIA**

- ⇒ Promover a convivência familiar da criança e do adolescente, intensificando projetos como Piá, Creches, Formando Cidadão, Piá no Esporte,

Piá Ambiental, Piá Indígena, Da Rua para a Escola, Apoio a Entidades de Atendimento à Família e Registro Civil;

- ⇒ Garantir o atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, em unidades sociais oficiais, preparando-os para o exercício da cidadania;
- ⇒ Descentralizar o atendimento a menores autores de atos infracionais;
- ⇒ Expandir as ações de atenção ao idoso, através de projetos como Revitalização de Asilos (Moradas do Sol), Casa-Lar, Condomínio da 3ª Idade, Centro de Convivência e produção (Clube de Idosos) e outros;
- ⇒ Expandir as ações de atenção à Pessoa Portadora de Deficiência, através de projetos como Perfil da Pessoa Portadora de Deficiência, Sistema de Atenção Continuada, Casa-Lar e Sistema de Informações Gerais de Apoio.

**NO PROGRAMA: EXCELÊNCIA NA EDUCAÇÃO**

- ⇒ Dar continuidade ao desenvolvimento de ações que busquem a qualidade nos ensinos de primeiro e segundo graus, tais como a implantação de instrumentos que visem aumentar a permanência do aluno na escola; a implantação de programas culturais de incentivo à criatividade, esportes e modelos educacionais alternativos; a recuperação e otimização do uso dos equipamentos da educação; implantação de programas de treinamento e atualização dos profissionais da educação; expansão do projeto Vale-Saber destinado aos professores que desenvolverem e aprimorarem os seus conhecimentos.
- ⇒ Dar continuidade às ações de acompanhamento e avaliação do desempenho do sistema educacional do Estado;
- ⇒ Expandir e melhorar o atendimento aos educandos portadores de deficiência, visando o desenvolvimento de suas potencialidades;
- ⇒ Expandir e diversificar as oportunidades educacionais, incluindo a implementação do Vale-Ensinar, a consolidação do ciclo básico de alfabetização, o fortalecimento das escolas do campo, o acompanhamento do Plano Decenal de Educação, a criação de cursos de magistério para professores leigos e outras;
- ⇒ Incentivar a criação de cursos profissionalizantes voltados às demandas de cada região;

Incentivar a consolidação de cursos universitários vinculados às vocações regionais, com a participação da comunidade para a sua viabilização técnica, científica, econômica e financeira.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + CULTURA

- ⇒ Dar continuidade às ações de fortalecimento da memória e da identidade paranaense, com a recuperação e preservação de locais históricos, com o incentivo a pesquisa como meio de valorização e resgate da história vivida pelo povo do Paraná e com o acesso às informações culturais a comunidade;
- ⇒ Dar continuidade aos projetos culturais como o Canal da Música, Trilha da Cultura, Revitalização do Centro Histórico de Antonina e Paranaguá, Correio da Memória, Canal Paraná, Centro de Estudos de Música de Londrina, Grandes Festivais, Produções em Artes Cênicas e Musicais, Museu Paranaense, Etnias Paranaenses, Cinema Paraná, Literatura e Editoração, Livros de Arte, Memória e Patrimônio, Reequipamento dos Museus, Centro de Restauro e Caminhos do Paraná.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + HABITAÇÃO

- ⇒ Concentrar esforços no sentido de amenizar o grau de carência habitacional da população paranaense, com a implementação de estratégias para assegurar a aquisição da casa própria, de materiais de construção, de lotes urbanizados, o assentamento de trabalhadores volantes, a exemplos de projetos como Habitação Urbana, Habitação Rural e Casas do Ofício.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + SEGURANÇA

- ⇒ Garantir a tranquilidade da população com a continuidade e melhoramento das ações de policiamento ostensivo para o combate à violência urbana e rural e fiscalização de fronteiras;
- ⇒ Implantar módulos policiais nas cidades-pólo com a participação da comunidade;
- ⇒ Garantir os meios necessários ao bom atendimento dos serviços do Corpo de Bombeiros.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + JUSTIÇA

- ⇒ Dar continuidade ao projeto de Penitenciárias Industriais, para utilização da mão-de-obra dos presos,

criando novas oportunidades aos detentos;

- ⇒ Desenvolver ações de promoção e proteção da cidadania;
- ⇒ Descentralizar e desburocratizar os serviços da JCP, PROCON e IPEN, garantindo uma atuação efetiva em defesa do consumidor e do micro e pequeno empresário.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ FISCAL

- ⇒ Garantir a continuidade e implantação de projetos que visem a intensificação da arrecadação e fiscalização via medidas reestruturantes da gestão tributária e financeira do Estado.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + INFORMAÇÃO

- ⇒ Ampliar as ações de informatização no Estado, visando a melhoria nos controles gerenciais, a agilização de processos e decisões e a redução de custos;
- ⇒ Realizar pesquisas, estudos, coletas e tratamento de dados para o conhecimento e a disseminação de informações sobre a realidade sócio-econômica do Estado e de seus municípios, visando garantir a formulação de políticas adequadas ao seu desenvolvimento.

#### NO PROGRAMA: PARANÁ + ENERGIA

- ⇒ Atender as necessidades de expansão do mercado de energia elétrica do Estado;
- ⇒ Desenvolver estudos e projetos voltados as novas fontes alternativas de energia.

#### NO PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- ⇒ Desenvolver ações, no âmbito das várias Secretarias que visem a garantia de execução e da qualidade dos serviços prestados à sociedade;
- ⇒ Expandir as ações de organização municipal, de assistência técnica aos municípios, de capacitação de recursos humanos, bem como de fortalecimento da descentralização técnica-administrativa das unidades sociais do Estado;
- ⇒ Ampliar os canais de comunicação direta entre a administração pública e a população, como forma de avaliar os serviços prestados pelo Estado;
- ⇒ Garantir o cumprimento de compromissos assumidos pelo Governo Estadual.



**NO PROGRAMA: PARANÁ AMBIENTAL**

⇒ Implementar ações que visem à valorização da produção mineral, à identificação de necessidades e oportunidades regionais de investimentos e à intensificação do suporte geotécnico aos planos de uso e ocupação de solos nos municípios.

**NO PROGRAMA: PARANÁ + TURISMO**

⇒ Estimular a atividade de turismo no Estado, através de projetos como Turismo Ecológico, Histórico e Rústico, Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo, Municipalização do Turismo e outros.

Art. 31 - No Projeto de Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações não serão identificadas as instituições a serem beneficiadas com auxílios e/ou subvenções sociais.

Parágrafo Único - Ao final de cada trimestre será enviado relatório à Assembleia Legislativa comunicando quais foram as Instituições beneficiadas, o montante e o objeto da despesa.

Art. 32 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ser apresentadas emendas desde que não:

I - sejam incompatíveis com as disposições do parágrafo 3º do art. 134 da Constituição Estadual;

II - transfiram recursos próprios as Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

III - discriminem instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais;

IV - incluam obras sem o respectivo detalhamento físico financeiro, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 02, e sem a clara identificação do investimento que será cancelado para criar o recurso necessário a emenda;

V - retirem recursos oferecidos como contrapartida de financiamento, empréstimos, acordos, convênios e outras formas de contrato.

Art. 33 - Até 5 dias úteis após a publicação do relatório a que se refere o artigo 165, § 3º da Constituição Federal, o Poder Executivo colocará à disposição da Assembleia Legislativa os dados relativos à execução orçamentária do período, por categoria de programação detalhada por fontes de recursos, grupos de despesas quanto a sua natureza mediante acesso amplo, através dos SIAF, COP e outros sistemas de controles da execução do orçamento.

Art. 34 - A Lei Orçamentária Anual indicará os critérios de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista durante o período de execução orçamentária.

Art. 35 - Na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

§ 1º - Fica vedado aos Órgãos da Administração Direta e Indireta e Empresas Públicas, onde o Estado seja o acionista principal, prever e/ou repassar recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações, fundações, ou outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches e serviços de saúde.

§ 2º - No caso de Fundos de Pensão e Pecúlio, quando autorizados devidamente, os repasses não poderão ultrapassar em hipótese alguma o mesmo valor pago pelo servidor ou empregado.

Art. 36 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 9º desta Lei.

Art. 37 - No exercício de 1998, a título de reposição de pessoal, somente poderão ser admitidos servidores desde que:

I - existam vagas evidenciadas pelos demonstrativos apresentados pelos órgãos responsáveis pelo setor de recursos Humanos dos Poderes constituídos;

II - Houver vacância dos cargos ocupados constantes nos demonstrativos indicados no item I;

III - Houver dotação orçamentária específica para atendimento da despesa, atestada pela Secretaria do Planejamento ou setor competente.

Art. 38 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.06.97.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoio: Plauto Miró Guimarães e Augustinho Zucchi.

**Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA - Estamos votando o Projeto de Lei nº 189? Quero encaminhar Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência quer encaminhar sobre o projeto ou sobre o substitutivo.

O SR. DR. ROSINHA - Sobre o substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se Vossa Excelência pretender encaminhe 2ª Discussão que será amanhã.

O SR. DR. ROSINHA - Porque agora é só o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só o projeto.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/97, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro em Chopinzinho. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 14.05.97)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 218/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro em Chopinzinho.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

**Ato da Comissão Executiva:**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições



## RESOLVE:

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 242/97

I - exonerar, a pedido, LETÍCIA TOYOMI YAGUI, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, SILMARA APARECIDA BOSCHI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 1º de junho de 1997, ficando a mesma autorizada a prestar serviços extraordinários, na base de cem por cento (100%) de seu vencimento básico, de acordo com o artigo 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1997.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 244/97

I - exonerar, a pedido, LIANA CRISTINA CUNHA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, ANGELA BARK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 1º de junho de 1997.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 245/97

I - exonerar, a pedido, ALAÍDE GRACIA DE QUADROS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de junho de 1997;

II - exonerar, a pedido, DANIELA CRISTINA GAIO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de junho de 1997;

III - prover, ALAÍDE GRACIA DE QUADROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-GP1, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de junho de 1997.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 246/97

prover, PEDRO PAULO CAMPOS CARDOSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de junho de 1997.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 248/97

I - exonerar, a pedido, ADMIR ALVES DE MAIA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, ADMIR ALVES DE MAIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de junho de 1997;

III - prover, VALDIR JOSÉ ALVES DA CRUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Ricardo Chab, a partir de 1º de junho de 1997.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 249/97

I - exonerar, a pedido, ESMAEL DE CARVALHO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Administração deste Poder, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, JULIO CESAR LEVANDOSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Administração deste Poder, a partir de 1º de junho de 1997, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços extraordinários de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) de seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 250/97

prover, THAIS MICHELE FERNANDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Beto Richa, a partir de 1º de junho de 1997.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 251/97

prover, IGNEZ BROCK DRESCH, para exercer o cargo em

Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Auxiliar do Patrimônio Imóvel, da Diretoria Administrativa, a partir de 1º de junho de 1997, ficando a mesma autorizada a prestar serviços extraordinários de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) de seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 252/97

I - exonerar, a pedido, DENISE MARIA SCHEFFER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de junho de 1997;

II - exonerar, a pedido, JAQUELINE FÁTIMA DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de junho de 1997;

III - prover, JOÃO CARLOS DUARTE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de junho de 1997;

IV - prover, JONES MARIA VIEIRA TÚLIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de junho de 1997.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 253/97

I - exonerar, a pedido, MÁRIO LUIZ MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, DENISE MARIA SCHEFFER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de junho de 1997.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 254/97

I - exonerar, a pedido, ITO ITSUO TAKAYAMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997;

II - exonerar, a pedido, PEDRO ALMIR VARGAS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997;

III - exonerar, a pedido, VANILSON DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997;

IV - prover, INGRID KUSMA TAKAYAMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997;

V - exonerar, a pedido, IRACI LACORENTI MASSIAS, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-3, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997;

VI - prover, IRACI LAVORENTI MASSIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997;

VII - exonerar, a pedido, WANDERLEI APARECIDO PEDRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997;

VIII - prover, JOSÉ DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997;

IX - exonerar, a pedido, INGO STENGER, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997;

X - prover, ALAOR CECY DE BARROS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços extraordinários de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) de seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16.11.1970;

XI - prover, GELSI TEREZINHA TORREZAN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997;

XII - prover, PEDRO ALMIR VARGAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997;

XIII - prover, WANDERLEI APARECIDO PEDRO,

para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Hidekazu Takayama, a partir de 1º de junho de 1997.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 255/97**

exonerar, a pedido, MARIA NILDA BORGES, matrícula nº 40711, ocupante do cargo de Agente Administrativo "A" do Quadro de Regime Jurídico Único, desta Assembléia Legislativa.

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 256/97**

I - exonerar, a pedido, SEMS GIDIONE HENRIQUE, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Cesar Seleme, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, DANIELLE BARCELLOS DOS SANTOS DIAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Cesar Seleme, a partir de 1º de junho de 1997.

(Protoc. nº 5035)

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 257/97**

I - exonerar, a pedido, MARIA SOLANGE DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-3, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de junho de 1997;

II - exonerar, a pedido, VÂNIA SANDELÉIA DA SILVA, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de junho de 1997;

III - prover, MARIA SOLANGE DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de junho de 1997;

IV - prover, VÂNIA SANDELÉIA DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-3, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de junho de 1997;

(Protoc. nº 5063)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.06.97

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 258/97**

prover, ROSIMEIRE SANTANA OLIVEIRA DA COSTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Marquinhos Alves, a partir de 1º de abril de 1997.

(Protoc. nº 5165)

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 259/97**

prover, JOSÉ MACHADO SANDANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Marquinhos Alves, a partir de 1º de abril de 1997.

(Protoc. nº 5226)

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 260/97**

I - exonerar, a pedido, RONEY MAILU DE LAZZARI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, ANDRESSA MARA DE LAZZARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 1º de junho de 1997, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) de seu vencimento básico, de acordo com o Art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 5227)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.06.97

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 261/97**

I - exonerar, a pedido, ISABEL DE ALMEIDA COELHO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, DENISE MARIA SCHEFER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PPB, a partir de 1º de junho de 1997;

(Protoc. nº 5241)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 05.06.97

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 262/97**

I - exonerar, a pedido, FERNANDA LACERDA TREVISAN, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Eduardo Trevisan, a partir de 1º de junho de 1997;

II - exonerar, a pedido, LEILA DO RÓCIO DOS SANTOS LOURENÇO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Eduardo Trevisan, a partir de 1º de junho de 1997;

III - exonerar, a pedido, MARIA APARECIDA BATISTA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Eduardo Trevisan, a partir de 1º de junho de 1997;

IV - exonerar, a pedido, FRANCISCO BAYARDO LACERDA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado Eduardo Trevisan, a partir de 1º de junho de 1997;

V - prover, MARIA APARECIDA BATISTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do Gabinete do Deputado Eduardo Trevisan, a partir de 1º de junho de 1997;

VI - prover, FRANCISCO BAYARDO LACERDA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo, 2GP-3, do Gabinete do Deputado Eduardo Trevisan, a partir de 1º de junho de 1997;

(Protoc. nº 5279)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.06.97

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 264/97**

I - exonerar, a pedido, DANIELLI FIORENTZANI FERNANDES RODRIGUES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Horácio Rodrigues, a partir de 1º de junho de 1997;

II - exonerar, a pedido, LUIZ CARLOS FAGGIÃO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Horácio Rodrigues, a partir de 1º de junho de 1997;

III - prover, DANIELLI FIORENTZANI FERNANDES RODRIGUES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado Horácio Rodrigues, a partir de 1º de junho de 1997;

IV - prover, LUIZ CARLOS FAGGIÃO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Horácio Rodrigues, a partir de 1º de junho de 1997, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 5380)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 09.06.97

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 265/97**

I - exonerar, a pedido, FABIO PALUMBO CANOVA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Joel Coimbra, a partir de 1º de junho de 1997;

II - exonerar, a pedido, JOÃO COSTA OZÓRIO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Joel Coimbra, a partir de 1º de junho de 1997;

III - prover, JOÃO COSTA OZÓRIO DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado Joel Coimbra, a partir de 1º de junho de 1997;

(Protoc. nº 5410)

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 266/97**

I - exonerar, a pedido, VILMARA SAMBUGARO FRAMESQUI, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-1, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, VILMARA SAMBUGARO FRAMESQUI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de junho de 1997;

III - prover, CLEUZA ALICE FERRARI KFFURI, para exercer o cargo em Comissão 1GP-1, do Gabinete do Deputado Nelson Tureck, a partir de 1º de junho de 1997;

(Protoc. nº 5456)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.07.97

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 267/97**

I - exonerar, a pedido, VILMAR NUNES DE JESUS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Luiz Claudio Romanelli, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, UMBERTO CRISPIM DE ARAÚJO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, a partir de 1º de junho de 1997;

(Protoc. nº 5634)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 268/97

I - exonerar, a pedido, CLAUDIO SCHETTINI, do cargo em Comissão símbolo 4-C, do Gabinete da 3ª vice-Presidência, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, GUSTAVO CAMARGO LOPES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete da 3ª vice-Presidência, a partir de 1º de junho de 1997, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços extraordinários de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) de seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6174, de 16.11.1970;

(Protoc. nº 5633)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 269/97

I - exonerar, a pedido, ODETINO DE OLIVEIRA CASTRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, KARINA OLIVEIRA BONO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de junho de 1997.

(Protoc. nº 5641)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 270/97

prover, DANIELA CLEVE DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de abril de 1997, ficando a mesma autorizada a prestar serviços extraordinários de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) de seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16.11.1970.

(Protoc. nº 5642)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 271/97

I - exonerar, a pedido, NICOLAS MARTINIC, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de junho de 1997;

II - exonerar, a pedido, ROSE MARIA DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de junho de 1997;

III - prover, TEREZINHA GUARIENTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2GP-4, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de junho de 1997;

IV - exonerar, a pedido, PATRÍCIA PORTO TALAYER, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de junho de 1997;

V - prover, NICOLAS MARTINIC, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de junho de 1997.

(Protoc. nº 5670)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 272/97

I - exonerar, a pedido, ANDRÉ LUIS ROSSETTO KF-FURI, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, ANTONIO GALVÃO FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de junho de 1997.

(Protoc. nº 5670)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.06.97

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 273/97

I - exonerar, a pedido, JOSÉ FERREIRA DE MORAES, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-4, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, JOSÉ FERREIRA DE MORAES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de junho de 1997;

III - prover, ODETE DOS SANTOS MARIANO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de junho de 1997;

IV - exonerar, a pedido, CLAUDIO CESAR DE MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-3, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de junho de 1997;

V - prover, CLAUDIO CESAR DE MELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de junho de 1997;

VI - prover, ODETINA DE OLIVEIRA CASTRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-3, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de junho de 1997.

(Protoc. nº 5688)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 274/97

I - exonerar, a pedido, MATILDE SOARES CROCKETT, do cargo em Comissão símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Péricles Mello, a partir de 1º de junho de 1997;

II - prover, FAUSTINO PEREIRA FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Péricles Mello, a partir de 1º de junho de 1997;

III - exonerar, a pedido, JOÃO MARIA SIMÃO, do cargo em Comissão símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Péricles Mello, a partir de 1º de junho de 1997;

IV - prover, MATILDE SOARES CROCKETT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Péricles Mello, a partir de 1º de junho de 1997, ficando a mesma autorizada a prestar serviços extraordinários de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 novembro de 1970.

(Protoc. nº 5743)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 16.06.97

#### Atas das Comissões:

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho de um mil, novecentos e noventa e sete, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão sob a presidência do Deputado Irineu Mário Colombo e com a presença dos Senhores Membros da Comissão. Havendo número legal deu por aberta a presente reunião com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 518/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, Relator Deputado Irineu Colombo, Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 230/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, Relator Deputado Irineu Colombo, Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, da qual para constar lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) IRINEU MÁRIO COLOMBO

Presidente

RICHARD RUPPEL SOTTO MAIOR

Secretário

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 13ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho de um mil, novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: José Tavares, Dullio Genari, Eduardo Trevisan, Valdir Rossoni, Walmor Trentini, Florisvaldo Fier, Edgar Bueno, Caio Quintana, Basílio Zanusso, Ademar Luiz Traiano e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após c.d.c.d.-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 279/97, de autoria do Poder Executivo, Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 277/97, de autoria do Poder Executivo, Parecer FAVO-

RAVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 03) Projeto de Resolução nº 014/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Tavares - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 280/97, de autoria do Poder Executivo, Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgar Bueno - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 285/97, de autoria do Poder Executivo, Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edgar Bueno - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 247/97, de autoria do Deputado Emerson Nerone, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme na forma do Substitutivo anexo - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 358/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, Parecer FAVORÁVEL do Deputado César Seleme - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 152/97, de autoria da Bancada do PT. O Deputado Relator Caio Quintana faz considerações a res-

peito do projeto e sugere que o mesmo seja encaminhado ao autor para que enquadre a redação do referido à legislação vigente - DEFERIDO. O Deputado Eduardo Trevisan solicita que seja registrado em ata a presença dos Vereadores Helvécio Alves Badaró e Jader Correia e dos Doutores Carlos Eduardo Lobo e Arlindo José de Oliveira de Cornélio Procópio. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, que para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária  
Assinaturas ilegíveis